



Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
com Relatório dos Auditores Independentes

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.** (“**Companhia**”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Baker Tilly 4 Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.347	9.806	Empréstimos e financiamentos	9	30.653	87
Contas a receber	5	5.219	4.372	Fornecedores	10	1.224	1.235
Tributos a recuperar	6	1.715	1.210	Obrigações trabalhistas e sociais	11	5.276	4.285
Outros créditos	-	326	176	Impostos e contribuições a recolher	12	353	407
Despesas antecipadas	-	64	85	Outras contas a pagar	-	80	74
		8.671	15.649	Parcelamento de tributos	13	1.784	784
				Adiantamento de clientes	-	2	-
				Partes relacionadas	7	-	1.633
						39.372	8.505
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	19	5.027	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	30.632
Partes relacionadas	7	-	852	Partes relacionadas	7	6.555	2.891
Depósitos judiciais	-	21	-	Parcelamento de tributos	13	6.832	5.018
Intangível líquido	8	43.532	31.414	Provisão para demandas judiciais	14	249	-
		48.580	32.266	Impostos diferidos	19	1.719	-
						15.355	38.541
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		57.251	47.915	Capital social	15.1	14.600	14.600
				Capital social a integralizar	15.1	(1.453)	(9.600)
				Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	-	10.000
				Prejuízos acumulados	-	(10.623)	(14.131)
						2.524	869
						57.251	47.915
				Total do passivo e do patrimônio líquido			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	16	64.368	60.745
Custo dos serviços prestados	17	(62.505)	(72.015)
Resultado bruto		1.863	(11.270)
Despesas administrativas e gerais	-	(432)	(3)
Outras despesas operacionais	-	65	18
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		1.496	(11.255)
Receitas financeiras	18	319	258
Despesas financeiras	18	(1.615)	(2.794)
Resultado financeiro líquido		(1.296)	(2.536)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		200	(13.791)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	3.308	-
Lucro líquido /(prejuízo) do exercício		3.508	(13.791)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
Lucro líquido /(prejuízo) do exercício	3.508	(13.791)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.508	(13.791)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	Capital subscrito	Capital a integralizar	futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		5.000	(2.500)	-	(340)	2.160
Integralização de capital social	15.1	-	2.500	-	-	2.500
Aumento de capital social	15.1	9.600	(9.600)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	-	-	10.000	-	10.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(13.791)	(13.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		14.600	(9.600)	10.000	(14.131)	869
Integralização de capital social	15.1	-	8.147	-	-	8.147
Estorno de adiantamento para futuro aumento de caixa	15.2	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.508	3.508
Saldo em 31 de dezembro de 2023		14.600	(1.453)	-	(10.623)	2.524

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	200		(13.791)
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização	2.224	1.067	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	159	3	
Provisão para demandas judiciais	14	249	-
Juros incorridos s/ empréstimos e financiamentos	9	21	447
	2.853		(12.274)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/diminuição dos ativos			
Contas a receber	(1.006)	(4.375)	
Tributos a recuperar	(505)	(1.210)	
Outros créditos	(150)	(57)	
Despesas antecipadas	21	294	
Depósitos judiciais	(21)	-	
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores	(11)	255	
Obrigações trabalhistas e sociais	991	4.274	
Impostos e contribuições a recolher	(54)	191	
Outras contas a pagar	6	74	
Parcelamento de tributos	2.814	5.802	
Adiantamento de clientes	2		
Juros s/ empréstimos e financiamentos, pagos	9	(21)	(432)
	4.919		(7.458)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível	(14.342)	(29.796)	
	(14.342)		(29.796)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	9	-	30.769
Amortização de empréstimos e financiamentos	9	(66)	(65)
Integralização de capital social		8.147	2.500
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	15.2	(10.000)	10.000
Partes relacionadas		2.883	3.672
	964		46.876
Aumento /(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
	(8.459)		9.622
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	9.806	184
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	1.347	9.806
	(8.459)		9.622

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais – R\$)

1. Informações gerais

A **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede no município de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Prefeito Antônio Pereira, nº 705, sala L11, bairro Várzea. A Companhia iniciou suas atividades em 02 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social a execução do contrato de Parceria Público-Privada (“PPP”), na modalidade de Concessão Administrativa para a administração, manutenção, conservação, exploração comercial de áreas e serviços dos terminais e das estações de BRTs vinculados ao Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, precedida de obras de requalificação, com fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia de informação para monitoramento, e a execução de todas as atividades necessárias para o fiel desempenho das atividades exigidas pelo Contrato de Concessão nº 015.2021 firmado com o Estado de Pernambuco, representado pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM, e a exploração de estacionamento.

O prazo da concessão é de 35 anos com início da execução dos serviços em 23 de janeiro de 2022 e data final em 22 de janeiro de 2057.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 26 de março de 2024.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais – R\$)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Uso de estimativa e julgamento

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionados, principalmente, a elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto do valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativos intangíveis

Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

O contrato de concessão estabelecido entre o Estado de Pernambuco, representado pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM, e a Nova Mobi Pernambuco – SPE S.A. prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente, em virtude da prestação dos serviços objeto do contrato, abrangendo, dentre outros, todos os custos diretos e indiretos, demais despesas operacionais, inclusive investimentos necessários para a execução do objeto da concessão e receitas decorrentes da exploração comercial dos espaços dos terminais e das estações de BRTs.

O contrato prevê também que extinta a concessão, retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativos intangíveis--Continuação

Amortização

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.3. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.4. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Provisões

3.5.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.5.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

3.6.1. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, em conformidade com as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, que consiste na geração de fluxos de caixa com finalidade exclusiva de pagamento do principal e de juros.

As compras ou vendas desses ativos financeiros exigem sua entrega dentro de um prazo estabelecido e reconhecido na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem aplicações financeiras.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração-- Continuação

3.6.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

3.8. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação;
- Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.10. Fornecedores

São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Apuração de resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.13. Receitas

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

Receita com prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida pelo regime de competência, ou seja, é reconhecida no resultado mensalmente de acordo com realização dos serviços.

Locações de áreas

São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

3.14. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 ou após.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2023 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	3	3
Bancos - conta movimento	5	-
Aplicações financeiras	1.339	9.803
	1.347	9.806

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	2023	2022
Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM (a)	4.468	4.155
Locações de áreas a receber	913	220
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(162)	(3)
	5.219	4.372

- (a) Valores a receber decorrente da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão.

6. Tributos a recuperar

	2023	2022
INSS retido a compensar	250	232
IRPJ retido a compensar	794	554
CSLL retido a compensar	564	424
CSLL a compensar	107	-
	1.715	1.210

7. Partes relacionadas

	2023	2022
Ativo		
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda. (a)	-	852
	-	852
Passivo		
Terra Transportes e Participações S.A. (b)	6.555	4.524
Passivo circulante	-	1.633
Passivo não circulante	6.555	2.891

- (a) Representam operações de crédito em conta corrente com acionista, liquidado em 2023.
 (b) Refere-se à operação de conta corrente com o acionista, a qual tem remuneração à taxa de juros de 3,06% ao ano, acrescida do CDI e vencimento final em 15 de maio de 2025.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

8. Intangível líquido

	2023	2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20.160	(325)	19.835	1.139
Viabilidade técnica	4.748	(372)	4.376	4.566
Máquinas e equipamentos	2.356	(400)	1.956	1.495
Equipamento de informática	4.947	(1.397)	3.550	2.924
Móveis e utensílios	677	(97)	580	447
Veículos	195	(72)	123	162
Softwares	2.067	(627)	1.440	1.445
Construções em andamento (a)	11.672	-	11.672	19.236
	46.822	(3.290)	43.532	31.414

- (a) Referem-se aos gastos com melhorias nas instalações físicas e na infraestrutura de TI dos terminais e estações de BRTs, que são de responsabilidade da Companhia conforme definido em contrato de Concessão. O prazo para conclusão das obras e requalificação dos equipamentos é de 48 meses a partir da data de início da concessão.

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	31.414	2.685
(+) Adições	14.342	29.796
(-) Amortização	(2.224)	(1.067)
Saldo final	43.532	31.414

9. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Empréstimo Banco Bradesco (a)	30.574	30.574
Leasing Banco Daycoval (b)	79	145
	30.653	30.719
 Circulante	 30.653	 87
Não circulante	-	30.632
Total	30.653	30.719

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	2023
Saldo inicial	30.719
Juros incorridos leasing	21
Amortização de principal leasing	(66)
Amortização juros leasing	(21)
Juros ativados no intangível - capital de giro	5.055
Amortização de juros - capital de giro	(5.055)
	30.653

Os Juros sobre a operação de capital de giro estão sendo ativados no grupo do intangível.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais – R\$)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) Cédula de crédito bancário no valor de R\$ 30.000 na modalidade capital de giro. Sobre o saldo devedor incidem juros à taxa de 3,97% ao ano + CDI, sendo os juros amortizados mensalmente. A cédula de crédito possui vencimento final em 13/06/2024 e como garantia real foi realizada a cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (b) Financiamento para aquisição de veículo, a ser pago em 36 parcelas, com vencimento final em 30/12/2024. A taxa efetiva de juros é de 20,19% ao ano e como garantia foi realizada a alienação fiduciária do bem.

10. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	1.224	1.235
	1.224	1.235

Representado, principalmente, por valores a pagar relacionados a compras bens, serviços e projetos para a melhorias dos terminais e estações.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários a pagar	1.165	1.352
INSS a recolher	1.224	439
FGTS a recolher	180	176
IRRF s/ folha	40	33
Férias e encargos a pagar	2.554	2.277
Outras obrigações trabalhistas	113	8
	5.276	4.285

12. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
PIS a recolher	39	33
COFINS a recolher	177	155
Tributos retidos a recolher	137	219
	353	407

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

13. Parcelamento de tributos

	2023	2022
Parcelamento de PIS e COFINS (a)	1.514	1.159
Parcelamento de INSS (b)	7.102	4.643
	8.616	5.802
Circulante	1.784	784
Não circulante	6.832	5.018
	8.616	5.802

- (a) Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcelados e as competências de abril e maio de 2023 foram inclusas no parcelamento;
- (b) O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcelados e as competências de abril a outubro de 2023 foram inclusas no parcelamento;

14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e cível, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	2022	Adições / Baixas	2023
Processos trabalhistas	-	49	49
Processos cível	-	200	200
	-	249	249

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos referem-se basicamente a ações cíveis e trabalhistas, cujos valores discutidos totalizam R\$ 3.226 (R\$ 246 em 2022).

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais – R\$)

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é de R\$ 14.600, representado por 14.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais) cada, sendo que, até 31 de dezembro de 2023, foram integralizados R\$ 13.147 e o saldo remanescente de R\$ 1.453 será integralizado no prazo de 120 meses, contados de 20 de janeiro de 2022. O capital social está assim distribuído:

	%	Ações	R\$
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	54	7.884.000	7.884
Terra Transportes e Participações S.A.	40	5.840.000	5.840
Casa 10 Participações e Empreendimentos Ltda.	6	876.000	876
	100	14.600.000	14.600

15.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os acionistas aportaram o montante de R\$ 10.000 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, em 2023 o montante foi integralmente devolvido aos seus acionistas.

15.3. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

15.4. Distribuição de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido auferido no exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

15.5. Prejuízos acumulados

Na ocorrência de prejuízos, estes serão mantidos em conta de prejuízos acumulados para posterior deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

16. Receita líquida

	2023	2022
Receita de construção	11.673	19.236
Serviços prestados - Concessão	56.729	47.009
Locações de áreas	4.471	1.306
(-) Abatimentos e serviços cancelados	(24)	(2)
(-) Tributos sobre a receita	(8.481)	(6.804)
	64.368	60.745

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais – R\$)

17. Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Custo de construção	(11.673)	(19.236)
Salários e ordenados	(21.400)	(22.268)
Impostos e encargos com pessoal	(7.611)	(7.600)
Vale alimentação e vale refeição	(2.808)	(3.166)
Outros custos com pessoal	(1.267)	(2.349)
Prestadores de serviços	(9.260)	(9.453)
Serviços públicos	(3.491)	(2.681)
Manutenção, conservação e limpeza	(1.056)	(1.953)
Depreciação e amortização	(2.040)	(876)
Aluguéis	(834)	(573)
Seguros e fianças	(186)	(379)
Viagens e representações	(73)	(332)
Outros tributos, taxas e contribuições	(931)	(876)
Custos gerais	(288)	(469)
(-) QMCL – Quota Manut. Cons. e limpeza	413	196
	(62.505)	(72.015)

18. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Descontos obtidos	1	4
Receitas de aplicações financeiras	195	241
Juros e multas recebidos	14	13
Outras receitas financeiras	109	-
Receitas financeiras	319	258
Despesas bancárias	(12)	(285)
IOF - Imposto s/ operações financeiras	(2)	(609)
Juros pagos ou incorridos	(1.483)	(444)
Multas e correções	(95)	(1.448)
Outras despesas financeiras	(2)	(8)
Despesas financeiras	(1.615)	(2.794)
Resultado financeiro líquido	(1.296)	(2.536)

19. Imposto de renda e contribuição social - diferido

Os créditos e débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro e prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

	2023
Ativo diferido	
Prejuízos fiscais	5.027
Passivo diferido	
Encargos financeiros de obras	(1.719)
(=) Líquido	3.308

19. Imposto de renda e contribuição social – diferido--Continuação

O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais compreendem um período de 5 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira, seleção das taxas de câmbio, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	2023
Saldo inicial	-
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	3.308
Saldo final	3.308

20. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

20.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possuí operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

20.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

20.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

21. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- Seguro garantia R\$ 12.838;
- Seguro de responsabilidade civil R\$ 5.000;
- Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 7.200.

22. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Gilberto Torres de Menezes Júnior
Diretor Presidente

Wanderley Galhiego Júnior
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior
Contador – CRC 1SP243887/O-3
